

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2014 da Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, juntamente com o relatório dos auditores independentes. **A DIRETORIA.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E DE 2013 - (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2014		2013		PASSIVO	Nota explicativa	2014		2013	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013		
CIRCULANTE		8.402	16.067			CIRCULANTE		504	8.133		
Disponibilidades	5	8	3			Outras obrigações		504	8.133		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	8.124	15.859			Sociais e estatutárias		-	7.386		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		8.124	15.859			Fiscais e previdenciárias	6.c	436	672		
Outros créditos		270	205			Diversas	6.d	68	75		
Diversos	6.a	270	205			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.252	1.095		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		10.999	10.192			Outras obrigações		1.252	1.095		
Outros créditos		10.999	10.192			Fiscais e previdenciárias	6.c	1.252	1.095		
Diversos	6.a	10.999	10.192			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.646	17.032		
PERMANENTE		1	1			Capital social	9	15.415	15.415		
Investimentos		1	1			Reserva legal		772	742		
Outros investimentos		1	1			Reservas especiais de lucros		1.459	875		
TOTAL DO ATIVO		19.402	26.260			TOTAL DO PASSIVO		19.402	26.260		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	15.415	696	7.386	-	23.497
Pagamento de dividendos	-	-	(7.386)	-	(7.386)
Reserva legal	-	46	-	(46)	-
Reserva de lucros	-	-	875	(875)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	921	921
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	15.415	742	875	-	17.032
Reserva legal	-	30	-	(30)	-
Reserva de lucros	-	-	584	(584)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	614	614
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	15.415	772	1.459	-	17.646
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	15.415	759	1.209	-	17.383
Reserva legal	-	13	-	(13)	-
Reserva de lucros	-	-	250	(250)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	263	263
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	15.415	772	1.459	-	17.646

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 - (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a)** CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; **b)** CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; **c)** CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; **d)** CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; **e)** CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11; **f)** CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; **g)** CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09; e **h)** Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 13 de fevereiro de 2015.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - **a) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para aquelas de natureza financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São

registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **d) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos a variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **e) Investimentos** - São representados por ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP em Sociedade Anônima, registradas ao valor de custo. **f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: **• Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **• Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; **• Passivos contingentes** - Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; **• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos ou contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. **g) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias são constituídos de acordo com as premissas estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN. **h) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. Em 31

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2º semestre		Exercício	
		2014	2014	2013	2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		430	1.083	1.183	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		430	1.083	1.183	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		430	1.083	1.183	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(34)	(109)	322	
Receitas de prestação de serviços		4	31	54	
Outras despesas administrativas	11	(278)	(522)	(541)	
Despesas tributárias		(39)	(96)	(69)	
Outras receitas operacionais	12	360	635	1.070	
Outras despesas operacionais	12	(81)	(157)	(192)	
RESULTADO OPERACIONAL		396	974	1.505	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		15	15	-	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		411	989	1.505	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.c	(148)	(375)	(584)	
Provisão para imposto de renda corrente		(102)	(259)	(409)	
Provisão para contribuição social corrente		(74)	(176)	(262)	
Ativo fiscal diferido		28	60	87	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		263	614	921	
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		16,53	38,59	14,83	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2º semestre		Exercício	
		2014	2014	2013	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		263	614	921	
Lucro líquido do semestre/exercício		263	614	921	
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		53	97	74	
Constituição de provisão para riscos		81	157	161	
Impostos diferidos		(28)	(60)	(87)	
Lucro líquido ajustado		316	711	995	
Variação de ativos e obrigações		(330)	(8.441)	(832)	
Aumento em outros créditos		(517)	(812)	(1.331)	
Aumento (redução) em outras obrigações		187	(7.629)	499	
Caixa líquido investido nas atividades operacionais		(14)	(7.730)	163	
REDUÇÃO DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(14)	(7.730)	163	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		8.146	15.862	15.699	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5	8.132	8.132	15.862	

de dezembro de 2014 e de 2013, não houveram indícios de redução no valor recuperável dos ativos não monetários. **j) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros e (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **k) Lucro por ação** - A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ - Estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros, de curto prazo, mantidos com o controlador, com vencimento para 02 de janeiro de 2015 no montante de R\$ 8.124 (R\$ 15.859 em 2013).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Disponibilidades	8	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.124	15.859
Total	8.132	15.862

(continua)

(continuação)

**SOCIETE GENERALE**
Corporate & Investment Banking**Société Générale S.A.**
Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários
(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)CNPJ 61.668.117/0001-32
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar - Cerqueira Cesar
CEP 01310-300 - São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 - - (Em milhares de reais - R\$)****6. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES****a) Outros créditos - diversos**

	2014	2013
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 7.b).....	523	463
Devedores por depósitos em garantia.....	10.476	9.729
Impostos e contribuições a compensar.....	270	205
Total.....	11.269	10.397
Curto prazo.....	270	205
Longo prazo.....	10.999	10.192
Total.....	11.269	10.397

b) Outras obrigações - sociais e estatutárias

	2014	2013
Dividendos a pagar.....	-	7.386
Total.....	-	7.386
Curto prazo.....	-	7.386

c) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros.....	435	671
Impostos e contribuições a recolher.....	1	1
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 8.a).....	1.252	1.095
Total.....	1.688	1.767
Curto prazo.....	436	672
Longo prazo.....	1.252	1.095
Total.....	1.688	1.767

d) Outras obrigações - diversas

	2014	2013
Provisão para despesas de publicação.....	30	30
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 10).....	13	13
Provisão para despesas de auditoria.....	25	32
Total.....	68	75
Curto prazo.....	68	75
Total.....	68	75

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social.....	989	1.505	989	1.505
Alíquota vigente.....	25%	25%	15%	15%
Expectativa de receita/(despesa) de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes.....	(247)	(376)	(148)	(226)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas com entidades de classe.....	23	(3)	(1)	(2)
Outras despesas não dedutíveis.....	2		(6)	
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias:				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.....	(39)	(30)	(24)	(34)
Provisão para publicação de balanço			1	-
Outras.....	2	-	1	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social ...	(263)	(409)	(178)	(262)
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social.....	37	54	23	33
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios.....	4	-	2	-
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(222)	(355)	(153)	(229)

b) Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos

	2014	2013
Base de cálculo		
Provisão para Riscos Fiscais.....	1.252	1.095
Outras provisões - diversas.....	55	62
Total.....	1.307	1.157
Alíquota de imposto de renda e contribuição social.....	40%	40%
Crédito tributário classificado em outros créditos - diversos (nota explicativa nº 6.a).....	523	463

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

	2014			2013		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição Social	Total
Saldo inicial.....	289	174	463	235	141	376
Constituição de ativo fiscal diferido.....	38	22	60	54	33	87
Saldo final.....	327	196	523	289	174	463

DIRETORIA**CONTADOR**Leandro dos Santos
CRC - SP 262040/O-6

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam realizadas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros:

	2014	2013
	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
Ano		25
2014.....	22	-
2015.....	-	438
2016.....	501	-
2017.....	-	-
2018.....	-	-
Total.....	523	463

Em 31 de dezembro de 2014, o valor presente de créditos tributários, calculados considerando a taxa de Depósito Interfinanceiro, totalizava R\$ 370 (R\$ 332 em 2013).

e) Medida Provisória nº 627 convertida na Lei nº 12.973 - Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ e CSLL. Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1o de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. A Corretora concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e não optará pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Todavia, com base no texto vigente estimamos que a referida MP 627/13 convertida na Lei nº 12.973 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis da Corretora.

8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foram contabilizadas provisões para riscos, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. As provisões são constituídas com base nos processos classificadas com risco de perda provável.

a) A movimentação das provisões passivas

	Riscos Fiscais	
	2014	2013
Saldo inicial.....	1.095	934
Constituição (nota explicativa nº 12 b).....	80	105
Atualização (nota explicativa nº 12 b).....	77	56
Saldo final.....	1.252	1.095

b) O detalhamento dos riscos fiscais por probabilidade de perda

	2014		2013	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Probabilidade de perda				
Perdas prováveis (i)				
Obrigações legais (i).....	1.252	1.252	1.095	1.095
Perdas possíveis (ii).....	105.568	-	90.211	-
Perdas remotas.....	470	-	451	-
Total.....	107.290	1.252	91.757	1.095
Depósitos Judiciais(*).....		10.476		9.729

(*) Nota explicativa nº 6.a. (i) Perdas Prováveis e obrigações legais: Referem-se à provisão para obrigação legal referente a questionamentos relacionados à ampliação da base de cálculo de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS (Lei 9.718/98). (ii) Perdas Possíveis: Referem-se aos principais processos de imposto de renda e contribuição social sobre operações day-trade no montante de R\$ 7.735 (R\$

7.531 em 2013), auto de infração recebido em novembro de 2012 referente a cobrança de IR e CS sobre a suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal no montante de R\$ 74.845 (R\$ 69.222 em 2013) e de desmutualização da Bovespa no montante de R\$ 13.914 (R\$ 12.790 em 2013) sendo que para este último há depósito judicial de R\$ 8.795 (R\$ 8.270 em 2013), incluído no valor demonstrado na nota explicativa nº 6.a.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital social - O capital social está representado por 15.912.892 ações nominativas, sendo 7.956.446 ações ordinárias e 7.956.446 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm prioridade no caso de reembolso do capital. **b) Dividendos** - Conforme previsto no estatuto da Corretora, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. Conforme deliberado pela administração. **c) Reserva Legal** - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, conforme estabelecido no estatuto da Corretora. **d) Reserva de Lucros** - Os lucros líquidos apurados nos períodos de 2014 e 2013, após a dedução da reserva legal, foram integralmente destinados para reserva de lucros.

10. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS - As transações com o Banco controlador decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	Banco Société Générale Brasil S.A.		Recitas (despesas)		
	Ativo (passivo)	2014	2013	2014	2013
Depósitos bancários.....	8	3	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	8.124	15.859	1.083	1.183	
Outras obrigações - diversas (notas explicativas nºs 6.c e 11).....	(13)	(13)	(155)	(153)	
Total.....	8.119	15.849	928	1.030	

11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2014	2013
Despesas de serviços técnicos especializados.....	6	84
Despesas de processamento de dados.....	219	211
Despesas de aluguéis - empresa ligada (*).....	35	33
Despesas de contribuições filantrópicas.....	9	9
Despesas com entidades de classe.....	23	13
Despesas de publicações.....	37	37
Despesas com auditoria.....	55	32
Despesas de serviços administrativos prestados (*).....	120	120
Outras.....	18	2
Total.....	522	541

(*) Nota explicativa nº 10

12. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**a) Outras receitas operacionais**

	2014	2013
Atualização de depósitos judiciais.....	635	1.070
Total.....	635	1.070

b) Outras despesas operacionais

	2014	2013
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 8.a).....	80	105
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 8.a).....	77	56
Provisão para despesas com auditoria.....	-	31
Total.....	157	192

13. OUTRAS INFORMAÇÕES - Desde 1995, as instituições financeiras são obrigadas a manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco ponderado por fatores, definidos na Resolução nº 2.099/94 e alterações complementares do BACEN. A apuração deste índice é feita de forma consolidada pelo Banco Société Générale com as instituições integrantes do Grupo Société Générale Brasil, de acordo com as normas vigentes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários** Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras - A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2015

EYERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7